



## Campos quer que Ministério mude

Belo Horizonte — O senador Alfredo Campos (PMDB-MG) disse ontem nesta capital que há necessidade urgente de uma reforma ministerial total ou parcial, para "ajustar os homens de governo para depois ajustar as políticas de governo". A reforma ministerial virá "certamente" após 15 de março, segundo o senador que considera pura especulação que o seu nome seja citado para ocupar algum ministério.

Alfredo Campos admitiu a possibilidade de a Constituinte decretar a moratória, ao classificar de "preocupante" a inflação de 16,82% em janeiro e afirmar que o principal problema do país é o pagamento dos juros da dívida externa. Disse que o Plano Cruzado requer reajustes imediatos de cuja elaboração o PMDB deve participar.

O PMDB tem de participar e vai participar da reforma do Plano Cruzado — enfatizou o senador, para quem o governo tem de descobrir formas de realizar estes reajustes, sem voltar aos tempos da ditadura e sem promover recessão e desemprego.

## Deputado acusa PFL de boicote

Os ministros do PFL foram acusados ontem pelo deputado federal Gonzaga Patriota (PMDB/PE) de estimularem o boicote econômico aos programas desencadeados pelo Governo Federal. Patriota, dizendo-se "estupefocado" com os termos das recentes declarações do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pediu, da tribuna, que o presidente José Sarney demita imediatamente "aqueles que solapam as bases de sua administração".

O ministro Aureliano Chaves foi o principal alvo das críticas do parlamentar pernambucano. Além de pedir o seu afastamento do cargo, Patriota disse que o ministro — longe das urnas há mais de 16 anos e tendo participado de governos autoritários como o do presidente Médici — quer ressurgir, "sepultando" as irregularidades e desmandos praticados por parceiros que diz agora abominar.

Acrescentou que Aureliano Chaves é dado "a bravatas de fim de festa" (referindo-se ao Plano Cruzado), pois ao perceber que o ex-presidente Figueiredo "estava na contramão da História", correu para a oposição, enaltecendo a figura de Tancredo Neves. Disse também que o ministro, por nunca ter merecido a confiança do presidente Sarney e ter ficado sempre à margem das decisões governamentais, utilizou as críticas à política econômica como "saída fácil de fracassados que estão isolados".

## Bancada do DF apóia críticas

O diretório regional do PFL-DF endossa as críticas à política econômica do Governo Federal feitas pelo seu presidente de honra, o ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves. Seus principais membros garantem, porém, que o partido continua ao lado do presidente José Sarney e defendem a manutenção da Aliança Democrática, principalmente devido a crise que o país atravessa.

Para o presidente do PFL-DF, Osório Adriano, o partido está precisando "tomar um pouco de cor" e as palavras do Ministro "vieram sensibilizar a todos os brasileiros interessados na solução dos problemas econômicos do país". Candidato derrotado a senador nas eleições de novembro, Osório Adriano acha que "hoje" se faz muita demagogia no Brasil, e "isso não resolve nossas dificuldades na área econômica".

"Precisamos tomar decisões sérias", afirmou Osório Adriano, referindo-se à crise econômica. Acrescentou, ainda, que a Aliança Democrática deve ser valorizada, até mesmo para que sejam superadas as divergências com os credores externos do Brasil. "Se não estivermos unidos em torno do presidente Sarney nossas propostas não serão aceitas", avaliou.

Os ministros da área econômica foram indicados pelo PMDB e o partido, agora, tem que assumir e dividir esse ônus. Esse é o ponto de vista do deputado federal Valmir Campelo, para quem o ministro Aureliano Chaves "está certíssimo, tem que se dizer isso mesmo".

Entre outras declarações, Aureliano Chaves disse que o grande erro do Plano Cruzado foi "deixar de ser instrumento de política econômica para se transformar em instrumento de política eleitoral". Essa atitude, para o deputado federal Jofran Frejat, foi "substantiva, digna de um homem que não está preocupado com o cargo".

Enquanto Valmir Campelo entende que a Aliança Democrática, a nível federal, deve prevalecer, Jofran Frejat é de opinião que isso só deve ocorrer "enquanto a Aliança trazer expectativa de mudanças".

## Santana prega o aval da Aliança para a economia

O governo não deve adotar qualquer nova medida relativa a preços, salários e juros, antes de recolher propostas e de debater as suas junto ao PMDB e ao PFL. Essa posição foi defendida ontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ao revelar que já pediu ao ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que compareça ao Congresso para discutir medidas de combate à crise econômica, com as bancadas de apoio ao governo.

Segundo o deputado Sant'Anna, é indispensável que o Executivo esclareça alguns pontos da política econômica e promova ampla discussão em busca de soluções aos problemas, ao mesmo tempo em que encaminha a montagem de sua base política.

— O que se quer saber no Congresso é o que o governo pensa que resta do Plano Cruzado? Por que falhou o Plano? O que, desse plano, é ainda recuperável e qual a proposta do governo para a recuperação? Se não há mais o que recuperar, que propostas há para a adoção de outro plano? É grave a crise econômica que se prenuncia? Quando se estará vivendo o pior momento da crise? Alinhou o líder do governo.

Para o deputado Carlos Sant'Anna, uma resposta clara e imediata do governo àquelas questões é elemento decisivo para a consolidação da atual base ou a formação de uma nova base política de apoio ao governo.

Se as bases que sustentaram o governo até às últimas eleições se revelarem inconciliáveis, então que se faça uma nova aliança, até com outro nome se for necessário — ponderou Sant'Anna.

Na avaliação do líder do governo, persiste nas relações do PMDB com o PFL um forte abalo produzido durante as lutas eleitorais de novembro passado, mas é comum nos dois partidos e majoritária nas demais forças políticas a disposição de evitar que a crise econômica se alastre e resulte numa crise institucional.

— Temos em comum um objetivo estratégico — proclamou Sant'Anna pouco antes de se reunir ontem com o governador eleito da Bahia, Waldir Pires, o primeiro dos novos governadores peemedebistas a declarar, logo após as eleições, o fim da Aliança Democrática formada pelo PMDB e o PFL.

A partir do objetivo definido, o que o líder do governo considera necessário agora é a formulação da receita para enfrentar uma grande crise econômica — "se ela vier".

## Montoro cria o Instituto para América Latina

São Paulo — Uma descontraída cerimônia, em que até Dona Lucy Montoro quebrou o protocolo e discursou dando o tom informal ao ato, marcou a inauguração, ontem, do Instituto Latino Americano, fundado pelo governador Franco Montoro para apoiar iniciativas que visem a integração do continente, e funcionar como uma das bases de sustentação de sua candidatura a presidente da República.

A solenidade converteu-se numa demonstração da força política e do prestígio de Montoro, um dos políticos brasileiros com melhor trânsito entre partidos e personalidades da América Latina e da Europa, e que têm, como interlocutores frequentes, autoridades como o presidente argentino, Raul Alfonsín, e ex-presidentes como os da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, e da Colômbia, Misael Pastrana Borrero.

Os embaixadores do Uruguai, Argentina, Colômbia, México e Venezuela, o ex-presidente colombiano Misael Pastrana Borrero, o ministro da Cultura, Celso Furtado, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, senadores paulistas, e de outros estados, deputados estaduais e federais, secretários de estado, sociólogos e cientistas políticos estavam entre as cerca de 1 mil pessoas que compareceram à inauguração da luxuosa mansão da Rua Colômbia — nos jardins, área nobre de São Paulo — que passa a funcionar, a partir de agora, como sede do instituto e da "Casa da Cultura Latino-Americana".

Depois dos pronunciamentos de vários oradores, o governador Franco Montoro — que a partir de 15 de março, quando deixa o governo, presidirá o Instituto se não for para um ministério — apossou-se do microfone e explicou os propósitos do instituto — uma sociedade civil, aberta com pouco mais de 100 sócios fundadores — uma entidade "para apoiar as iniciativas e movimentos orientados para o fortalecimento e a integração da América Latina nos campos cultural, político, econômico e social", e mais uma vez negou que seu propósito, ao fundá-lo, seja ter um biômio para manter-se em evidência na disputa pela sucessão do presidente Sarney, ou fortalecer-se na corrida a uma eventual vaga no Ministério das Relações Exteriores.



Cardoso avalia 994 emendas em 5 dias

## Soberania será principal tema da Constituinte

A Assembleia Constituinte retoma amanhã seus trabalhos ainda sob um ritmo de esvaziamento, que marcou todas as sessões realizadas na semana passada. A Constituinte deverá permanecer mais uma vez em compasso de espera até a discussão e votação do regimento interno definitivo, que vai regular a elaboração da nova Carta, marcada para o dia 24 corrente.

O plenário da Assembleia passou a funcionar quase que exclusivamente em cima dos debates sobre a crise da economia do país e as discussões sobre a soberania da Constituinte durante o "pinga-fogo", horário reservado às pequenas comunicações.

Enquanto vai sendo preparado o regimento interno que possibilitará o exame de propostas ligadas à nova Constituição e, talvez, a revisão constitucional como quer a ala da esquerda na Constituinte, o funcionamento do plenário cai no vazio, abrindo apenas espaços para que deputados e senadores discutam os problemas atuais do país, sem, no entanto, poderem decidir sobre qualquer um deles.

### Emendas

A partir de amanhã, começa a correr o prazo de cinco dias que o relator da proposta de regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), tem para apresentar em plenário o seu parecer. Ele terá muito trabalho para aproveitar as principais sugestões e recusar as propostas sem interesse, no meio de 994 emendas apresentadas ao projeto original. Durante o período de elaboração das normas definitivas, os constituintes deverão mesmo se restringir ao "pinga-fogo" das sessões.

A única discussão que poderá quebrar a monotonia do plenário refere-se à soberania da Constituinte para emendar, inclusive, a atual Constituição. Os conservadores defendem que apenas o Congresso Nacional pode revisar a Carta em vigor, enquanto o grupo progressista do PMDB, e o PT, PDT, PCB e PC do B querem que a própria Constituinte acabe logo com o lírio autoritário herdado do regime militar e fixe o mandato presidencial.

A discussão prende-se, na verdade, à questão de quorum para aprovar as emendas constitucionais. Logicamente, se couber à Constituinte decidir sobre a reforma da atual Carta, o quorum será o de maioria absoluta, isto é, metade mais um dos 559 constituintes, portanto, 280 votos. Caso a decisão seja do Congresso, será preciso dois terços dos votos para aprovar as emendas, ou seja, 374 votos, em dois turnos de votação.

## Henrique Cardoso estuda comissões

As comissões temáticas e técnicas da Assembleia Nacional Constituinte não serão apenas as cinco, previstas no anteprojeto do regimento interno permanente da Assembleia, nem as dezesseis que alguns constituintes sugeriram dentre as 994 emendas apresentadas durante a semana passada. Nem mesmo o relator das emendas, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ainda tem idéia de quantas elas serão. Apenas sabe que o número de comissões deve ser ampliado.

O entendimento geral dos constituintes que apresentaram emendas propondo o aumento no número é que cinco comissões tornariam impossível o trabalho, efetivo, pois, nesse caso, cada comissão teria de contar com, no mínimo, 100 constituintes (os demais 57 constituintes não participariam das comissões ou por serem membros de uma das três mesas — Constituinte, Senado e Câmara — ou por ocuparem função de liderança).

Esse entendimento o relator também teve, mas diante do número muito grande de propostas conflitantes, ele vai estudar a melhor maneira de atender ao desejo de todos os constituintes de participar e tornar razoáveis os trabalhos das comissões. Oito comissões poderia ser um número razoável, mas o relator pode optar até por dez comissões temáticas, dependendo do exame de Fernando Henrique Cardoso.

Originalmente, o projeto de regimento interno previa as comissões de declaração dos direitos e garantias; de organização federal; de organização dos poderes; da ordem econômica e social, família, educação e cultura; e comissão de sistematização (ou redação).